

HABEAS CORPUS Nº 491.319 - MG (2019/0028690-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
JAYME HENRIQUE ABREU JUNIOR - MG077590B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ERIVELTON DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ERIVELTON DA SILVA OLIVEIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 16, parágrafo único, IV da Lei nº 10.826/2003, às penas de 3 anos e 3 meses de reclusão, em regime aberto, e 19 dias-multa, sendo a pena privativa de liberdade substituída por 2 restritivas de direitos.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal local, que deu parcial provimento ao recurso, apenas para reduzir a reprimenda para 3 anos de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa, substituída por 2 penas restritivas de direitos, determinando, finalmente, a execução provisória das penas substitutivas.

Daí o presente *writ*, em que a Impetrante sustenta, em síntese, que *restou pacificado no âmbito do colendo STJ, por intermédio da sua Terceira Seção, a impossibilidade de execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação* (fl. 4).

Requer, pois, o deferimento de medida liminar para o fim de suspender-se a execução provisória das penas restritivas de direitos até o julgamento do presente *mandamus* ou até que se verifique o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Quanto à execução provisória da pena, sabe-se que, ressalvada pessoal compreensão diversa, a Terceira Seção, no julgamento do AgRg no HC 435.092/SP, na sessão de 24/10/2018, manteve a orientação firmada no EREsp 1.619.087/SC quanto à impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direito, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado

da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, circunstância que evidencia a presença dos pressupostos autorizativos da medida urgente.

Ante o exposto, defiro a liminar para garantir ao paciente o direito de não iniciar a execução provisória da pena até o julgamento do presente *writ* ou até o trânsito em julgado da condenação.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

